



MAPEAMENTOS E VERDADES SOBRE O MUNDO (DO PENSAMENTO HEGEMÔNICO À CARTOGRAFIA DE ESPERANÇAS): A NATUREZA DO SOCIAL EM ÁREAS DE RETOMADAS QUILOMBOLAS COMO DISCURSO DE PODER SOBRE O TERRITÓRIO.

Angelo de Sousa Zanoni ¹
Douglas Rafael Salaroli ²

RESUMO

O presente artigo propõe o estudo dos mapas como subsídio para aprofundar a leitura crítica à narrativa desenvolvimentista sobre a formação territorial do norte do Espírito Santo. Compreende-se que o mapa constitui um instrumento nas relações de poder e, assim, se apresenta como recurso e apresenta os recursos da implantação de projetos desenvolvimentistas no norte do Espírito, destacando o setor de papel e celulose na década de 1970, suprimindo e cerceando as comunidades quilombolas do Sapê do Norte. No entanto, existem diferentes possibilidades de apresentar o mundo por mapeamentos, o que torna o mapa também uma potência oposta ao seu uso hegemônico. Diante disso vê-se a possibilidade de uma Cartografia das Esperanças que, numa perspectiva crítica à Cartografia Tradicional, busca possibilidades de rerepresentar o território a partir das retomadas, por meio da visibilidade das práticas dos sujeitos históricos, marginalizados ou invisibilizados em grande parte da historiografia capixaba e dos mapas hegemônicos.

Palavras-chave: Mapas Hegemônicos, Retomadas Quilombolas, Cartografia Crítica, Cartografia das Esperanças.

RESUMEN

Este artículo propone el estudio de mapas como subsidio para profundizar la lectura crítica de la narrativa desarrollista sobre la formación territorial del norte de Espírito Santo. Se entiende que el mapa constituye un instrumento en las relaciones de poder y, así, se presenta como un recurso y presenta los recursos para la implementación de proyectos de desarrollo en el norte de Espírito Santo, destacando el sector papelerero y de celulosa en los años 1970, suprimiendo y restringiendo las comunidades quilombolas de Sapê do Norte. Sin embargo, existen diferentes posibilidades de presentar el mundo a través de mapeos, lo que hace del mapa también una potencia opuesta a su uso hegemónico. Frente a esto, vemos la posibilidad de una Cartografía de las Esperanzas que, desde una perspectiva crítica de la Cartografía Tradicional, busca las posibilidades de representar el territorio desde las reasunciones, a través de la visibilización de las prácticas de sujetos históricos, marginados o hechos invisible en gran parte de la historiografía y los mapas hegemónicos de Espírito Santo.

Palabras clave: Mapas hegemónicos, Reasunción Quilombolas, Cartografía Crítica, Cartografía de las Esperanzas.

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, angelo.zanoni@edu.ufes.br. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES);

² Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, douglas.salaroli@edu.ufes.br. Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

O processo de consolidação de um enredo desenvolvimentista da história capixaba se viu perturbado com a emergência de uma crítica à narrativa histórica e geográfica sobre a formação territorial do estado do Espírito Santo. Nas últimas duas décadas do século XXI surgiram um conjunto variado de pesquisas com intuito de aprofundar sobre este tema, numa perspectiva geográfica crítica, ou seja, partindo de arranjos teóricos que ressignificam os sujeitos do território e os discursos hegemônicos de poder.

Parte-se do pressuposto que a produção territorial do espaço é impelida pelas representações acerca do mesmo, através das quais qualificam as concepções a respeito do espaço e tornam-se elementos ativos de suas transformações. Moraes (2005) destaca que não há produção do espaço material sem uma valorização subjetiva do espaço, deste modo a produção social do espaço material perpassa pelas representações (territorialidades) que os seres humanos estabelecem acerca do seu espaço, e como estes são movidos por necessidades, por interesses, sonhos e desejos.

Neste processo de descobrimento das representações espaciais, Moraes (2005) sugere considerar as ideologias geográficas como um conjunto específico de discursos, restrito às representações que veiculam um explícito direcionamento político do espaço, pois “manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (idem, p. 44). Deste modo, o pensamento espacial, o ordenamento do território e as representações e projeções do mesmo, representam uma relação de poder que, quanto mais próximo ao Estado, mais forte é seu potencial de transformações territoriais.

Sertões desconhecidos, barreira verde, vazios demográficos, estagnação econômica são elementos de qualificação do espaço que dão sustentação às ideologias geográficas (MORAES, 2005) que, por sua vez, se concretizam em políticas territoriais no Espírito Santo, sobretudo no norte do rio Doce. Os termos destacados referem-se ao processo de valorização simbólica do espaço que se realiza com a produção material do mesmo.

Os discursos geográficos sobre o Espírito Santo podem ser identificados em diferentes fontes: obras literárias, relatórios técnicos, estudos de planejamento e ordenamento territorial e regional, e estes, por sua vez, embasam as políticas territoriais no norte do Espírito Santo.

Por isso são relidos nos últimos anos por diversos autores da geografia do Espírito Santo, tais como FERREIRA (2009), SCARIM (2010), DARÉ (2014), NASCIMENTO (2016), BERNARDO NETO (2017) que se debruçaram a pesquisar sobre os conflitos gerados da espacialização geográfica do agronegócio na historiografia territorial capixaba.

Um dos apontamentos convergentes nestes estudos é que a qualificação do espaço pelo poder hegemônico exercido na articulação entre Estado e projetos industriais decorreu de uma invisibilização dos povos que historicamente ocupam este espaço. Estes povos invisibilizados são comunidades quilombolas, indígenas, camponeses, posseiros e ribeirinhos que estabelecem uma relação de pertencimento com este espaço, constituindo suas territorialidades.

Podemos destacar como força desta territorialidade o Sapê do Norte, um território caracterizado pelo uso tradicional e ancestral de comunidades quilombolas desde o período colonial, com destaque à produção de farinha de mandioca, principal atividade econômica da época. Embora não seja um nome oficial, Sapê do Norte é reconhecido pelas comunidades quilombolas em uma vasta área compreendida entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

A produção material do espaço pela matriz hegemônica do capital, durante mais de três décadas (1970-2000), também inviabilizou a reprodução do espaço de vida dessas comunidades. Esta situação de conflitos de territorialidades provocou uma insurgência de algumas comunidades, o que levou à retomada de territórios identificados como de uso tradicional e geracional das comunidades no final da primeira década dos anos 2000. As retomadas consistiram em reapropriação dos territórios historicamente ocupados pelas comunidades quilombolas, através da retirada de eucalipto das áreas identificadas, com intuito de retomar o território devolvendo sua qualificação de abrigo, fonte de riquezas, produção e conservação.

Pretende-se, neste artigo, aprofundar essa leitura crítica sobre a historiografia e geografia desenvolvimentista do Espírito Santo, a partir da resignificação de mapas formulados nos estudos sobre a aptidão florestal e sua relação com as políticas territoriais aplicadas ao norte do Espírito Santo. Partimos de um questionamento: qual o papel do mapa no arranjo territorial do capital, via monocultivo de eucalipto, no Espírito Santo?

O avanço das monoculturas na região norte do Espírito Santo segue um padrão no qual destacam-se a racionalidade do espaço Euclidiano e o discurso de progresso pautado no uso da natureza para a geração de oportunidades e lucros financeiros. Girardi (2007) destaca o papel da produção de mapas como uma ferramenta de dominação e possibilidade econômica, assim *“tanto antigos mapas portulanos como as atuais imagens orbitais de resolução submétrica são respostas às demandas por conhecimentos para incorporação produtiva no interior do sistema econômico vigente”* (GIRARDI. 2007. p. 48). Observa-se, com isso, como é possível criar uma política de desenvolvimento agrário, mais especificamente para a silvicultura, a partir do discurso da aptidão florestal nos mapas. As geografias que se realizam no território e que não se adaptam a esta lógica são invisibilizadas, e o mapa é instrumento deste processo.

Desestruturar este discurso perpassa também por mapear a realização no mundo dos sujeitos do território, produzidas por outras escalas, outras relações de poder e pela decolonialidade. Nosso objetivo é a crítica, embasada pelo pensamento cartográfico moderno (das realizações sociais como cartografias de esperanças), frente ao discurso hegemônico produzido em mapas e reproduzidos no território do norte do Espírito Santo. Crampton (2010) ao se referir sobre crítica destaca *“critique is a political practice of questioning and resisting”*, desta forma a crítica teórica perpassa por ressignificar os pressupostos teóricos e metodológicos que historicamente compuseram o discurso do mapa.

É na realização social sobre o território de retomada realizado pelas comunidades quilombolas que nos apresentam outras imagens de mundo e, portanto, outras relações de poder e discurso sobre o território no norte do Espírito Santo.

METODOLOGIA

A realização deste artigo efetua-se em duas etapas. Destacados assim:

i. a primeira parte percorre pela validação do discurso hegemônico de mapas, a partir da linha: discurso do estado - discurso do mapa. Formula-se a partir da análise do discurso hegemônico, historicamente estabelecido, presentes nas imagens de mapas produzidos pelo estado do Espírito Santo na segunda metade do século XX. As imagens usadas são de domínio público e são produzidas pelo estado e pela iniciativa privada.

As figuras 1 e 2 são, respectivamente: o Mapa da província do Espírito Santo, datado de 1746; e o Mapa de Aptidão para Silvicultura produzido pela ECOTEC, datado de 1967. Buscamos, portanto, analisar o papel do mapa como instrumento do discurso de progresso econômico a partir da invisibilidade dos sujeitos do território, embasado na aptidão do território para o monocultivo de eucalipto.

ii. em sequência, verifica-se a sobreposição de espaço-tempo de outros modos de vida que situam-se em outros discursos sobre o território, observados nas imagens satélites e fotografias aéreas. Nesta análise, buscamos entender as ações das comunidades tradicionais na resignificação do território a partir das retomadas, postas nas imagens atuais de fotografias aéreas disponibilizadas pelo sítio GEOBASES, datada de 2019; e nas ortofotomosaico do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (IEMA), datada de 2007; donde observamos o discurso contra-hegemônico das ações de retomada do território nas práticas de reflorestamento e no reaparecimento da lagoa do Murici, na comunidade quilombola de Angelim, em Conceição da Barra-ES.

Classificar o discurso do lugar nas práticas de retomada, a partir de imagens de fotografias aéreas e de mapas, é questionar o poder sobre seus discursos de verdade. Neste sentido, a linha abordada é a colaboração: cartografias críticas (do discurso contra-hegemônico) - cartografias da esperança (discursos de outras verdades e narrativas do poder).

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao buscar compreender o processo de transformação territorial do norte do Espírito Santo consideramos importante identificar as representações e os discursos geográficos que historicamente qualificaram o território norte. Neste sentido, ao refletirmos sobre a apropriação do agronegócio no território do Sapê do Norte, apoiamo-nos em Moraes (2005) que indica que não há produção do espaço material "sem uma valorização subjetiva do espaço".

As formas espaciais são produtos de interpretações teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias (MORAES, 2005, p.16).

A valorização subjetiva do espaço em um contexto estritamente geográfico pode ser observado nas inúmeras formas que compreende-se um território (seja em seu uso como recursos ou como abrigo), Santos (1988) adverte que formas ganham funções a partir dos personagens que as compõem e, com isso,

A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico, sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social (SANTOS, 1988, p. 05).

Por isso “a geografia não se limita à descrição do visível” (idem, p.05), e impõe-nos a percorrer um caminho que, neste caso, a partir do visível, possamos desvendar o invisível, ou o processo de valorização subjetiva do espaço. Dessa maneira, as formas no e do mundo revelam os processos de produção do espaço, uma geografia que caminha pelas modificações físicas e territorial, mas também por uma subjetividade do espaço que, dialeticamente, sustenta a sua produção material.

Nesta perspectiva, formas espaciais são consideradas produtos de processos históricos, resultantes da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Essa produção social do espaço material passa pelas representações que os seres humanos estabelecem acerca do seu espaço e são movidos por necessidades, interesses, sonhos e desejos. Santos (1988) sugere que “o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca de uma compreensão do fato tal qual se dá, mas uma busca que vai além da apresentação e nos permite chegar à representação” (idem, p.04).

Neste processo de descobrimento das representações espaciais, Moraes (2005) sugere considerar as *ideologias geográficas* como um conjunto específico de discursos, restrito às representações que veiculam um explícito direcionamento político do espaço, pois “manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (idem, p. 44).

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele (idem, p.44).

É possível identificá-las nas literaturas, filosofias, materiais jornalísticos, relatórios técnicos e narrativas históricas, através dos quais qualificam as concepções a respeito do espaço e tornam-se elementos ativos de suas transformações. Acrescentamos, neste trabalho,

os mapas como elemento dos discursos geográficos que qualificaram o norte do Espírito Santo sob a ótica desenvolvimentista e colonialista, subsidiando as políticas territoriais que, de fato, transformaram substancialmente o território.

A presença de mapas em documentos referidos expressa a valorização do espaço de forma gráfica/imagética, o que revela uma outra fonte de pesquisa sobre as ideologias geográficas e política territorial no norte do Espírito Santo. Em estudos críticos referente à Ciência Cartográfica nota-se que para além da busca de representação de uma realidade preexistente, “os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam” (CRAMPTON e KRYGIER, 2008). Tal fundamento baseia-se na ideia de John Brian Harley, de que os mapas devem ser entendidos em seu contexto histórico para que, dessa forma, ele possa “explicar o domínio da produção aparentemente neutra e científica dos mapas como, na verdade, uma intervenção altamente parcial, amiúde em favor dos interesses do Estado” (HARLEY, 1991 apud CRAMPTON e KRYGIER, 2008, p. 90).

Partindo do pressuposto que o mapa é uma imagem de mundo de quem o produz, Girardi (2000) busca compreender através da obra *Retórica da Imagem*, de Roland Barthes (1982), a relação entre o mapa e sua retórica da qual, segundo a autora, “aparece como a face significativa da ideologia”.

Assim, para poder ler, através do mapa, a sociedade que o produz e o consome, os valores que estão em jogo e, conseqüentemente, o poder da representação, é preciso que se identifiquem, em primeiro lugar, os componentes da imagem literal ou denotada, ou seja, os aspectos icônicos, lingüísticos, espaciais, temporais e a maneira como são articulados no “discurso” ou, em outras palavras, compreender o seu sentido (GIRARDI, 2000, p. 48-49).

Sendo assim, a leitura de mapas constitui um arcabouço do saber a partir das imagens que estes produzem sobre o mundo, atentar-se a estas disfunções do mapa ou, em outras palavras, àquilo que não nos é visível nas imagens dos mapas dizem muito sobre sua intenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Certo de ser um exame preliminar, analisamos dois mapas de diferentes períodos, mas que acompanham os discursos geográficos em âmbito nacional e estadual de cada período.

O mapa abaixo, da província do Espírito Santo de 1796, já representava o norte do Espírito Santo, como um “sertão desconhecido”, ao mesmo tempo que também apresentava a existência de “indígenas botocudos” nas proximidades. Ao passo que qualifica a região como

sertão e demarca a presença indígena sob o desígnio de botocudos, revela também um pensamento espacial colonizador de viés racista (BERNARDO NETO, 2017) na medida que desconhece a diversidade de etnias e mobilidade que possuíam, inclusive pela região “desconhecida”.

Figura 1 – Mapa da província do Espírito Santo (1794)



Fonte: Acervo Observatório de Conflitos no Campo (UFES).

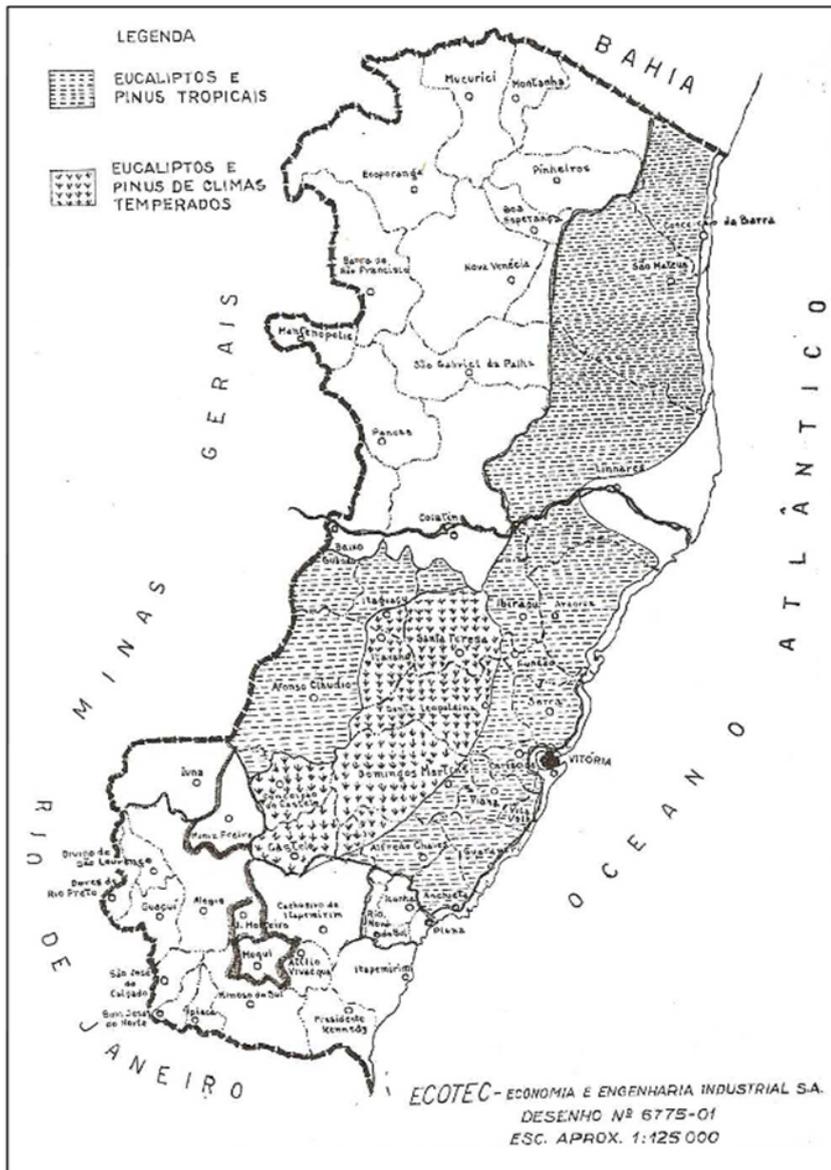
A identificação e localização do sertão do Espírito Santo, ainda no século XVIII, embora não assumisse a mesma função do século XIX e XX, revela uma posição periférica em relação à região central e sul da província. Neste sentido, o significado de sertão perpassa não só pela localização interiorana, uma região não integrada, como também qualifica-se como algo a ser explorado, um desconhecido alcançável, isto é, uma valorização colonial do espaço.

“para ser superado, por meio de um exercício onde a denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados. Impor um domínio efetivo ou uma nova dominação ao espaço em pauta é o objetivo de um processo que tem na apropriação simbólica um passo inicial” (MORAES,2003).

Acrescenta-se à questão referente à valorização subjetiva do espaço o mapa realizado em 1967 pela ECOTEC - Economia e Engenharia Industrial, apresentado por Daré (2010).

Neste mapa são apresentadas as áreas do estado do Espírito Santo identificadas como de grande potencial para a silvicultura. Certamente, como nos é indicado no estudo, as condições climáticas e geomorfológicas são fatores favoráveis para a escolha dessa área: a grande disponibilidade hídrica das planícies costeiras e a condição atmosférica úmida da massa de ar atlântica são fundamentais para a implantação de empreendimentos dessa natureza. Mas acrescenta-se um fator de grande relevância não indicado no estudo: a presença de povos e comunidades tradicionais que historicamente ocupam essas áreas. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, dentre outros que, em sua esmagadora maioria, não possuíam o documento da terra, se tornam refém dessa valorização capitalista do espaço que subjuga seus territórios e modos de vida para fins da reprodução capitalista. Dessa forma, a ECOTEC em nenhum momento apresenta o fator ocupação humana, desprezando as práticas territoriais historicamente realizadas nessas áreas pelos povos e comunidades tradicionais, tais como: agricultura, pesca, caça, criação de animais, extrativismo, lazer, dentre outras.

Figura 2 - Aptidão para a silvicultura no Espírito Santo.



Fonte: ECOTEC, 1967.

Salienta-se o uso da cartografia na sustentação de ideologias geográficas e políticas territoriais desenvolvimentistas no Espírito Santo. A área qualificada como potencial para silvicultura foi materializada por meio de políticas de incentivos para o setor industrial de papel e celulose, a partir da década de 1960 com os programas de incentivo à implantação da Aracruz Florestal. Expropriações, violências, grilagens, e acordos políticos provocaram a saída e redução da população de quilombos, posseiros e ribeirinhos. Segundo o mapa de conflitos organizado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)³, estima-se que o Sapê do

³ Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/es-quilombo-de-sape-do-norte-reduzidos-a-10-em-pessoas-e-territorio-continuam-na-luta-pela-titulacao-de-suas-terras/#fontes>. Acessado em: 12 nov. 2023.



Norte abrigava cerca de 12 mil famílias, reduzidas a 1.200 atualmente - uma redução de 90% da população.

Como estratégia de luta, as retomadas provocaram mudanças na paisagem do entorno de algumas comunidades, o que já confere uma retomada do território quilombola, do território da água, dos alimentos e do abrigo. Desta forma, é possível e se faz necessário apresentar outros mundos através de mapas que os tornem visíveis. Nesta perspectiva, produziu-se de forma participativa mapeamentos: da evolução histórica de uma área de retomada realizada em 2009, conhecida como Lagoa do Murici; e de fotografias e georreferenciamento na retomada do Velha Antônia, que possui aproximadamente oito anos de existência.

Figura 3 - Evolução da Lagoa Murici - Retomada Comunidade Angelim



Legenda

 Área Lagoa Murici

FONTE:
Fotoíndice GERCA 1971
Ortofomosaico IEMA 2007
Imageamento ES 2019 - 2020 IJSN/SEAMA
Elaborado pelos autores

O espelho d'água da Lagoa Murici era visível no aerolevante realizado em 1970. No ano de 2007 já não era possível visualizar numa mesma escala cartográfica o espelho d'água da lagoa Murici, o que salientava o processo de retomada de um território que estava grafado na memória dos habitantes da comunidade. Dez anos após a retomada, as águas retomaram, sendo possível já visualizar seu espelho d'água nas imagens satélites atuais e conforme as fotografias a seguir.

**Figura 4 e 5-** Fotografia da Lagoa Murici (2009 e 2019)

Fonte: arquivo NEPEA-UFES/autor.

A figura 4 refere-se à Lagoa Murici, que secou durante duas décadas após o avanço do eucalipto pela sua área e entorno. Com a retomada, foram plantadas espécies como a bananeira, mandioca e inhame, avaliadas como potenciais para segurar a água no solo. Com o retorno das águas, é possível ver na paisagem, marca do processo inicial da retomada, isto é, os plantios inundados, conforme mostra na fotografia as bananeiras inundadas.

Em outra experiência de retomada, denominada de Córrego Velha Antônia, cujas memórias comunitárias indicam um importante curso d'água na região próxima à Itaúnas, também no município de Conceição da Barra, verifica-se novamente uma retomada também do curso d'água. O córrego Velha Antônia e as comunidades do entorno sofreram grandes impactos com o plantio de monocultivos de eucalipto que, juntamente à ele, foi necessário a construção de estradas para locomoção para manutenção e colheita das toras de eucalipto. As estradas construídas em sua grande parte no período de implantação dos plantios de eucalipto, não obedeceu integralmente o curso natural do córrego e em algumas partes, as estradas passaram a estabelecer barragens ao curso do córrego.

Com a retomada do território, houve também a retomada da água que, com o aumento de seu fluxo, ocasionou o rompimento de uma das estradas e, com isso, possibilitou o retorno do fluxo natural do córrego. O mapa a seguir, realizado através de trabalho de campo em parceria com lideranças quilombolas e moradores da retomada, localiza o rompimento e outros pontos críticos em relação ao córrego Velha Antônia.



Figura 5 - Mapeamento das barreiras do Córrego Velha Antônia

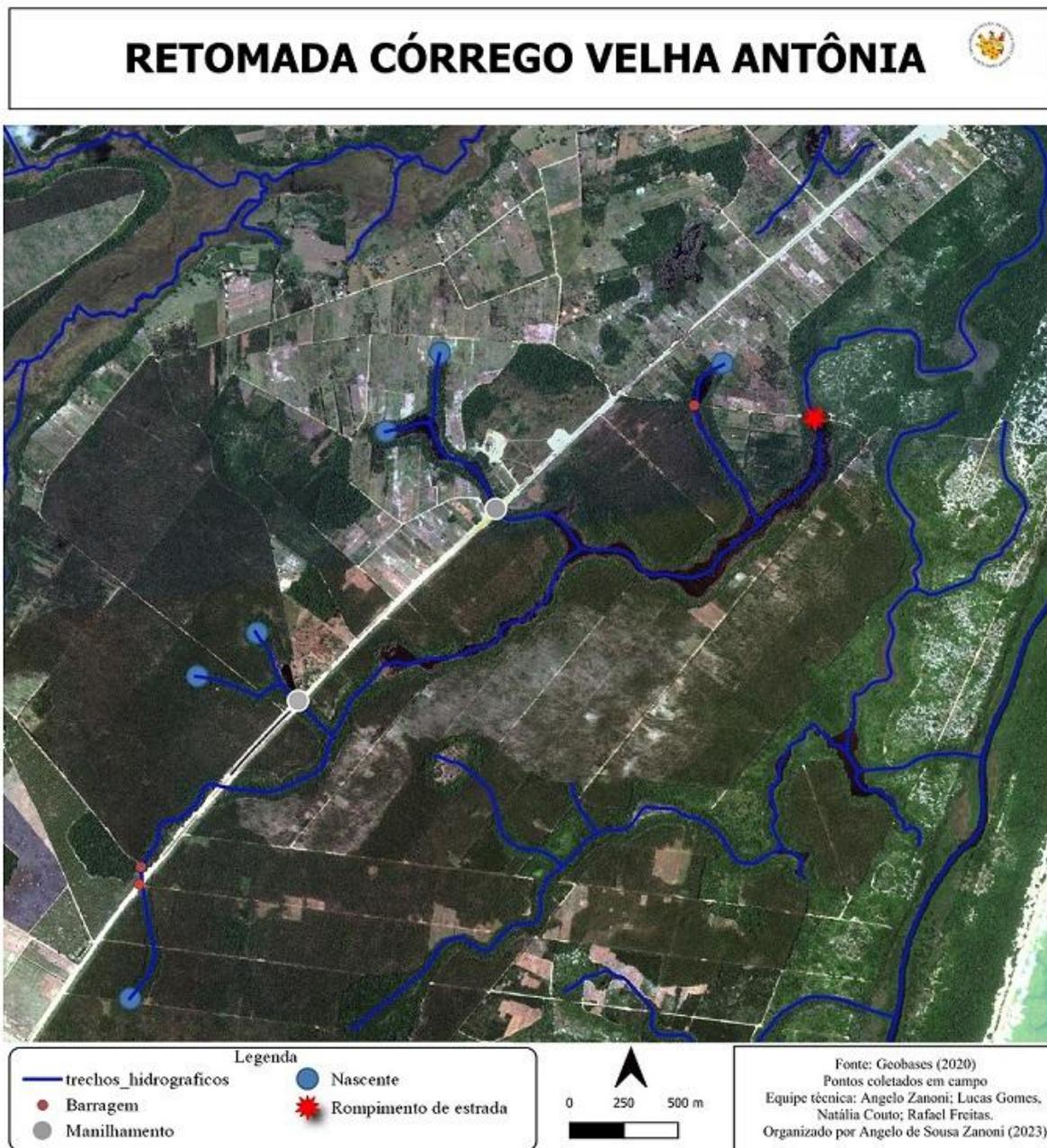


Figura 6 e 7 - Rompimento de estrada pelo retorno da água do Córrego Velha Antônia (2022 - 2023)

Fonte: autor

A fotografia 6 mostra a transposição do córrego sobre a estrada no ano de 2022, demonstrando o aumento da água deste córrego e o papel de barragem assumido pela estrada após a retomada do território. Na fotografia 7, registrada em 2023, apresenta o rompimento da estrada pelo intenso fluxo de água do córrego Velha Antônia durante aproximadamente um ano. A barragem criada pela estrada e a insuficiência de manilhamento da água, fez com que, por muito tempo, a água transbordasse e seguisse seu fluxo por cima da estrada, até seu rompimento, que acabou recriando seu fluxo natural. Em outras palavras, a retomada do fluxo natural do córrego.

Considera-se importante salientar que, embora trata-se de uma área de retomada pelas comunidades quilombolas, tal ação foi acompanhada pela retomada das águas, dos peixes, dos animais silvestres e plantas nativas plantadas por pássaros e outros animais, além daquelas adormecidas no solo pela opressão do eucalipto e seus agrotóxicos e mecanização, esperando seu momento de florescimento com a retirada do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o papel do mapa como instrumento de um discurso geográfico do pensamento hegemônico ressignifica o enredo a partir do espaço-tempo não linear no qual os mapas traduzem, a priori, as transformações materiais impostas sobre ele. Torna-se público um discurso de invisibilidade dos povos tradicionais, autorizado pela escala de mapeamento, e com isso apresenta-se à população os futuros ganhos econômicos pelo uso do território como recurso do capital, numa perseguição incansável ao progresso.

Outras escalas e relações do poder sobre o território contrapõe o discurso hegemônico ao reivindicar a posse do território, ao passo que se revela mudanças significativas nas paisagens a partir das retomadas dos territórios expropriados, constituindo significados de esperança e sustento das famílias. Observar essa sobreposição de espaços e tempos sob o território, do ponto de vista de uma geografia da esperança, é o constructo de uma linguagem decolonial, sem amarras do discurso desenvolvimentista, que invisibiliza os múltiplos usos do território de vida. É, sobretudo, um discurso de poder dos povos tradicionais que fazem do território uma conquista de fronteiras e paisagem.

REFERÊNCIAS

BERNARDO NETO, Jaime. Negros em terras de brancos?: representações sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o espírito santo. 2017. 337 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CRAMPTON, Jeremy W. Mapping: A critical introduction to Cartography and GIS. Wiley- Blackwell, 2010.

CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. Uma introdução à Cartografia Crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p.85-111.

DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFES/CCHN, 2014.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Donos do Lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. 526 fls. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

GIRARDI, G.. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre Geografia e Cartografia. Geografares (Vitória), Vitória, v. 1, p. 41-50, 2000.

GIRARDI. G.. Cartografia geográfica: reflexões e contribuições. Boletim Paulista de Geografia, v. 87, p. 45-66, 2007.

SANTOS, Milton. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. In: Terra Livre n.5 – Espaço em Questão. São Paulo: AGB, 1988



MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. Revista Terra Brasilis, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.

MORAES, A.C.R. Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira. A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico no Espírito Santo. Tese (Doutorado em História), UFES/CCHN, 2016.

SCARIM, Paulo Cesar. A desconstrução da doutrina do desenvolvimento no Espírito Santo - Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 203-220, jan. 2010.